



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

LEI Nº. 8.507 , de 13/10/2015

Processo: 73.631

PROJETO DE LEI Nº. 11.876

Autoria: PAULO MALERBA

Ementa: Cria a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** para incentivo de atividades culturais e artísticas.

Arquive-se

Paulo Malerba
Diretoria Legislativa

22/10/2015



PROJETO DE LEI Nº. 11.876

<p>Diretoria Legislativa</p> <p>À Consultoria Jurídica.</p> <p><i>Blauferdi</i> Diretora 15/09/15</p>	<p>Prazos:</p> <p>projetos 20 dias</p> <p>votos 10 dias</p> <p>orçamentos 20 dias</p> <p>contas 15 dias</p> <p>aprazados 7 dias</p>	<p>Comissão</p> <p>20 dias</p> <p>10 dias</p> <p>20 dias</p> <p>15 dias</p> <p>7 dias</p>	<p>Relator</p> <p>7 dias</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>3 dias</p>
	<p>Parcer CJ nº. 1023</p>		<p>QUORUM: MS</p>

Comissões	Para Relatar:	Voto do Relator:
<p>À CJR.</p> <p><i>Blauferdi</i> Diretora Legislativa 15/09/15</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> avoco</p> <p><input type="checkbox"/> _____</p> <p>Presidente 15/09/15</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário</p> <p><input type="checkbox"/> CFO <input type="checkbox"/> CDCIS <input type="checkbox"/> CECLAT</p> <p><input type="checkbox"/> CIMU <input type="checkbox"/> COSAP <input type="checkbox"/> COPUMA</p> <p><input type="checkbox"/> Outras _____</p> <p>Relator 15/09/15 1204</p>
<p>À _____.</p> <p>Diretora Legislativa / /</p>	<p><input type="checkbox"/> avoco</p> <p><input type="checkbox"/> _____</p> <p>Presidente / /</p>	<p><input type="checkbox"/> favorável</p> <p><input type="checkbox"/> contrário</p> <p>Relator / /</p>
<p>À _____.</p> <p>Diretora Legislativa / /</p>	<p><input type="checkbox"/> avoco</p> <p><input type="checkbox"/> _____</p> <p>Presidente / /</p>	<p><input type="checkbox"/> favorável</p> <p><input type="checkbox"/> contrário</p> <p>Relator / /</p>
<p>À _____.</p> <p>Diretora Legislativa / /</p>	<p><input type="checkbox"/> avoco</p> <p><input type="checkbox"/> _____</p> <p>Presidente / /</p>	<p><input type="checkbox"/> favorável</p> <p><input type="checkbox"/> contrário</p> <p>Relator / /</p>
<p>À _____.</p> <p>Diretora Legislativa / /</p>	<p><input type="checkbox"/> avoco</p> <p><input type="checkbox"/> _____</p> <p>Presidente / /</p>	<p><input type="checkbox"/> favorável</p> <p><input type="checkbox"/> contrário</p> <p>Relator / /</p>



Câmara Municipal de Jundiá

São Paulo

PUBLICAÇÃO
18/09/15

Rubrica

fls. 03

P 13.017/2015

CÂMARA M. JUNDIAI (PROTOCO) 15/SET/2015 16:00 073631

Apresentado.
Encaminha-se às comissões indicadas:

Presidente
15/09/15

APROVADO

Presidente
22/09/2015

PROJETO DE LEI N.º 11.876

(Paulo Malerba)

Cria a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** para
incentivo de atividades culturais e artísticas.

Art. 1.º. É criada a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA**, com a finalidade de subsidiar recursos para entidades e coletivos sem fins lucrativos, representados por pessoas físicas ou jurídicas, que promovam ou exerçam atividades culturais ou artísticas no Município de Jundiá.

Art. 2.º. A **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** será apresentada anualmente no carnê de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, em valor mínimo correspondente a R\$ 10,00 (dez reais) e, mediante concordância do contribuinte, cobrada em folha anexa ao próprio carnê.

Art. 3.º. Os valores arrecadados pela **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** serão recolhidos ao Fundo Municipal de Cultura, ficando vinculados à finalidade expressa nesta lei.

§ 1.º. O repasse do benefício às entidades e coletivos sem fins lucrativos será feito de forma igualitária, até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por entidade ou coletivo habilitado, e será distribuído em conformidade e de acordo com critérios a serem regulamentados pelo Executivo.

§ 2.º. Para ser considerado habilitado, a entidade ou o coletivo deverá cadastrar-se previamente no órgão municipal competente e receber a aprovação dos documentos exigidos por regulamento específico.

§ 3.º. Entidades culturais que recebam recursos, outras formas de fomento ou subvenção social concedidos pelo Poder Executivo em valor igual ou superior ao



(PL n.º 11.876 - fls. 2)

dobro do limite descrito no § 1.º deste artigo não poderão ser contempladas com o benefício previsto nesta lei.

Art. 4.º. O valor apresentado para a contribuição voluntária e o valor do limite a ser repassado às entidades e coletivos sem fins lucrativos serão atualizados anualmente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, ou índice que vier a substituí-lo, e, em caso de fração, será arredondado para o próximo inteiro.

Art. 5.º. O Executivo dará publicidade, no Portal de Transparência da Prefeitura, dos valores arrecadados e repassados pela **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA**.

Art. 6.º. As entidades e os coletivos sem fins lucrativos participantes do programa deverão prestar contas e dar publicidade dos benefícios recebidos de acordo com critérios a serem regulamentados pelo Executivo.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, e na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, implicará devolução integral do valor recebido, acrescido de multa e penalidades a serem regulamentadas pelo Executivo, ficando ainda a entidade e/ou coletivo infrator impedido de participar, por 5 (cinco) anos do programa de que trata esta lei.

Art. 7.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15/09/2015


PAULO MALERBA



(PL n.º 11.876 - fls. 3)

Justificativa

O presente projeto de lei procura incentivar ações artísticas e culturais em nossa cidade, subsidiando entidades e coletivos sem fins lucrativos, representadas por pessoas físicas ou jurídicas, que promovam ou realizem atividades tanto em setores culturais estabelecidos quanto naqueles que se encontram, de alguma forma, marginalizados.

Para isso, institui a Contribuição Voluntária da Cultura, a ser apresentada anualmente no carnê de cobrança do IPTU de modo a arrecadar, voluntariamente, valores destinados a tais fins, que serão recolhidos ao Fundo Municipal de Cultura. Para receber o repasse de recursos captados por meio da contribuição voluntária, as entidades ou coletivos devem cadastrar-se previamente no setor competente e ser considerada habilitada, de acordo com critérios a serem regulamentados pelo Executivo. De modo a garantir a transparência desse programa, tanto os recursos arrecadados como os recebidos deverão ser amplamente divulgados.

Ao instituir este programa de incentivo à contribuição voluntária a entidades ou coletivos sem fins lucrativos que promovam ou exerçam atividades culturais ou artísticas, o município de Jundiaí terá um mecanismo de democratização de acesso à cultura de inegável caráter social. Afinal, trata-se de uma ação que permitirá a inclusão cultural de incontáveis cidadãs e cidadãos beneficiados com as práticas de tais coletivos e entidades, as quais cumprem papel de fundamental importância na popularização da arte e da cultura, criando atividades e estando presente em lugares nos quais, muitas vezes, o Estado não alcança.

Esta proposição encontra-se afinada aos valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo art. 27, § 1º, anuncia que "Toda a pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios." No mesmo sentido, com o intuito de garantir o direito à cultura, assim diz a Constituição Federal:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A Lei Orgânica de Jundiaí tampouco se absteve da importância do tema, como podemos observar em diversos artigos:



(PL n.º 11.876 - fls. 4)

Art. 206. Cabe ao Município apoiar e incrementar as práticas culturais e o turismo na comunidade.

(...)

Art. 208. Cabe ao Município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante:

I - oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;

(...)

Art. 209. O Município incentivará a livre manifestação cultural através de:

(...)

VIII - compromisso do Município de resguardar e defender a integridade, pluralidade, independência e autenticidade das culturas brasileiras, em seu território;

IX - cumprimento, por parte do Município, de uma política cultural não intervencionista, visando à participação de todos na vida cultural;

(...)

Art. 212. Serão quatro as áreas de atuação oficial do Município no setor cultural:

(...)

II - dimensão cultural do cotidiano: apoio e estímulo ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que gerem e ampliem o conhecimento das culturas diferenciadas; implantação de núcleos de documentação; apoio aos movimentos sociais; promoção de congressos, encontros, reuniões, simpósios e seminários; apoio ao patrimônio cultural dos diversos segmentos sociais; prover os meios necessários para que a população de baixa renda e grupos sociais mais vulneráveis, como crianças, portadores de deficiências e idosos, tenham mais facilmente acesso aos bens e serviços culturais;

III - apoio à produção cultural com: formação do artista propriamente dito; formação de técnico em equipamento e materiais ligados à infraestrutura de produção e difusão da arte; amparo à pesquisa e documentação;

IV - difusão e intercâmbio de bens e serviços culturais através de: apoio e estímulo à difusão da cultura em todas as suas expressões; apoio e estímulo às atividades que favoreçam o intercâmbio cultural; elaboração de material informativo sobre atividades e eventos na área patrimonial e de produção cultural.

Como assenta a Lei Orgânica de nosso Município em seu art. 6º, e corrobora no art. 13 e no art. 45, a Câmara tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local, garantindo o bem-estar de cidadãos e cidadãs:



(PL nº. 11.876 - fls. 5)

Art. 6º. Compete ao Município de Jundiaí legislar sobre assuntos de interesse local com o objetivo de garantir o bem-estar de sua população e o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições (...).

(...)

Art. 13. Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;

(...)

Art. 45. A iniciativa de projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta lei.

Também sobre a iniciativa legislativa, programas e campanhas com finalidade social já foram analisadas pela Corte Paulista, que se posicionou favoravelmente a uma lei de nosso município, julgando improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade conforme podemos observar na ementa abaixo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 7.418, de 23 de março de 2010, do município de Jundiaí, que "Institui a Campanha Permanente 'Doação de Medula óssea - um pequeno gesto que faz toda a diferença'". Alegação de vício de origem e de aumento de despesas sem indicação da fonte de custeio. Inocorrência da inconstitucionalidade invocada. Mera campanha pública. Ausência de criação de órgãos e de cargos públicos ou de despesas para a Municipalidade. Inegável caráter humanitário e social da lei. Ação julgada improcedente. Liminar revogada.

(TJ-SP, Relator: Mário Devienne Ferraz, Data de Julgamento: 24/08/2011, Órgão Especial)

Diante dos motivos acima expostos, conto com o apoio dos nobres vereadores e da nobre vereadora para a aprovação desta propositura.


PAULO MALERBA



**CONSULTORIA JURÍDICA
PARECER Nº 1023**

PROJETO DE LEI Nº 11.876

PROCESSO Nº 73.631

De autoria do Vereador **PAULO MALERBA**, o presente projeto de lei cria a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** para incentivo de atividades culturais e artísticas.

A propositura encontra sua justificativa às fls.
05/07.

É o relatório.

PARECER:

O projeto de lei em exame se nos afigura revestido da condição de ilegalidade e inconstitucionalidade.

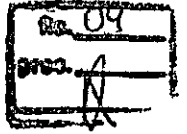
DA ILEGALIDADE

A proposta não encontra respaldo na Carta de Jundiaí, eis que o art. 46, V, c/c o art. 72, II, da L.O.M, confere ao chefe do Executivo, em caráter privativo, legislar sobre a temática, envolvendo organização administrativa, matéria orçamentária, pessoal da administração e criação, estruturação e atribuições de órgãos da Administração pública Municipal.

Esse projeto de lei, que busca criar a Contribuição Voluntária da Cultura, impõe atribuição ao Chefe do Executivo na medida que estabelece obrigação de fazer, conforme dispõe o art. 2º, vez que vincula a medida ao carnê de cobrança do IPTU, sendo portanto, ilegal.

Nesse sentido, acórdão do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*“Ao executivo haverá de
caberm sempre o exercício de atos que impliquem no gerir
as atividades municipais. Terá, também, evidentemente, a
iniciativa de leis que lhe propiciem a boa execução dos
trabalhos que lhe são atribuídos. Quando a Câmara
Municipal, o órgão meramente legislativo, pretende*



intervir na forma pela qual se dará esse gerenciamento, está a usurpar funções que são de incumbência do Prefeito". (Grifo nosso). Adin nº 53.593-0. Rel. Des. Fonseca Tavares. No mesmo sentido, Adin nº 43.987, Rel. Des. Oetter Guedes, Adin nº 38.977, Rel. Des. Franciulli Netto, e Adin nº 41.091, Rel. Des. Paulo Shintate.

DA INCONSTITUCIONALIDADE

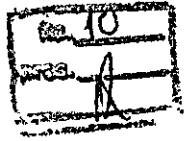
A inconstitucionalidade decorre das ilegalidades apontadas, uma vez que há ingerência da Câmara em área de exclusiva alçada do Prefeito, com a inobservância do princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes art. 2º da Constituição Federal, art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo e art. 4º da L.O.M.

A presente proposutura estabelece, em seu artigo 2º, providências concretas a cargo do Poder Executivo, determinando a inserção da contribuição no carnê do IPTU. Deste modo, impôs ao Poder Executivo a adoção de medidas concretas para o cumprimento da imposição contida no mencionado ato normativo.

Nesse contexto, embora a proposutura (questão de fundo) não trate de matéria atinente à iniciativa reservada do Chefe do Executivo, nos termos do art. 24 §2º da Constituição Bandeirante, ela se traduz, ao determinar a inserção da contribuição no carnê do IPTU, em quebra da regra da separação de poderes, contida na Constituição do Estado, nos art.5º, e 47 II e XIV, aplicáveis aos Municípios por força do art.144 da referida Carta.

Há, portanto, violação do princípio da separação de poderes.

É ponto pacífico na doutrina bem como na jurisprudência que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.



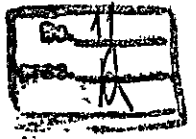
O legislador municipal, na hipótese analisada, acolheu iniciativa parlamentar, impondo ao Poder Executivo medidas concretas relacionadas ao gerenciamento do serviço público.

Em que pese a relevante intenção da propositura, o fato é que ela interfere no âmbito da gestão administrativa, e como tal, é inconstitucional.

Note-se que, quando o legislador, a pretexto de legislar, assume o papel do administrador, está a extrapolar no exercício de suas competências constitucionais.

Referido propositura, na prática, cria obrigação para a administração local, *invadindo a esfera da gestão administrativa*, que cabe ao Poder Executivo, e envolve o *planejamento, a direção, a organização e a execução de atos de governo*. Isso equivale à prática de ato de administração, de sorte a malferir a separação dos poderes.

Cumpre recordar aqui o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, anotando que *“a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante”*. Sintetiza, ademais, que *“todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo*



Poder Judiciário” (Direito municipal brasileiro, 15ªed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, p.708 e 712).

Deste modo, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, viola a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais.

O E. Tribunal de Justiça de São Paulo tem declarado a inconstitucionalidade de leis municipais de iniciativa parlamentar que interferem na gestão administrativa, com amparo na violação da regra da separação de poderes, conforme ementas de julgados recentes, transcritas a seguir:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 9882, de 20 de abril de 2007, do Município de São José do Rio Preto. Obrigatoriedade de ascensoristas nos elevadores dos edifícios comerciais. Violação ao princípio constitucional da independência entre os poderes. Inconstitucionalidade declarada. Pedido julgado procedente.” (TJSP, ADI 149.044-0/8-00, rel. des. Armando Toledo, j.20.02.2008, v.u.).

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal de Itapetininga nº 4.979, de 28 de setembro de 2.005, do Município de Itapetininga, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de confecção distribuição de material explicativo dos efeitos das radiações emitidas pelos aparelhos celulares e sobre sua correta utilização, e dá outras providências Decorrente de projeto de iniciativa parlamentar, promulgada pela Câmara Municipal depois de rejeitado o veto do Prefeito - Realmente, há que se reconhecer que a Câmara Municipal exorbitou no exercício da função legislativa, interferindo em atividade concreta do Poder Executivo - Afronta aos artigos 5º, 25, e 144 e da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE A AÇÃO.” (TJSP, ADI 134.410-0/4, rel. des. Viana Santos, j. 05.03.2008).



Note-se também que, em outro caso em que se discutia a ocorrência de quebra de separação de poderes (lei que determinava a inserção de informações sobre serviços públicos em carnê de IPTU -ADI 94.356-0/7, j. 18.06.2003, rel. des. Ruy Camilo) foi reconhecida a inconstitucionalidade, valendo transcrever a ementa do referido julgado:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal 5777 de 8 de março de 2002 que, nos dispositivos questionados (art.2º e incisos e art.3º, § único), impõem ao Executivo o dever de fixar dias e horários para a prestação de serviços públicos de coleta de lixo domiciliar e varrição de vias públicas e ainda o de **divulgar tais informações no carnê do IPTU** e jornais locais – matéria que diz respeito ao gerenciamento da prestação de serviços de iniciativa exclusiva do Executivo. Ação procedente.”

Ademais, em casos como o presente, esse E. Tribunal de Justiça tem reconhecido a inconstitucionalidade de leis por violação ao art.25 da Constituição Estadual, em razão da ausência de indicação de recursos disponíveis para o pagamento da despesa criada (ADINs ns. 18.628-0, 13.796-0, 38.249-0, 36.805.0/2, 38.977.0/0).

O mesmo caminho trilhou o E. TJ/RS (**juntamos cópia**), em caso análogo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL, DE ORIGEM DA CÂMARA DE VEREADORES, QUE DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DE DADOS CADASTRAIS E CÁLCULO DO IPTU NOS CARNÊS DE PAGAMENTO. MEDIDA TIPICAMENTE ADMINISTRATIVA, SENDO, POIS, DE INICIATIVA LEGIFERANTE DO PODER EXECUTIVO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70007813140, Tribunal Pleno,



Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alfredo Guilherme Englert, Julgado em 06/12/2004) (TJ-RS - ADI: 70007813140 RS , Relator: Alfredo Guilherme Englert, Data de Julgamento: 06/12/2004, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia)

DA COMISSÃO

Nos termos do inc. I do art. 139 do RI, sugerimos a oitiva tão somente a Comissão de Justiça e Redação.


QUÓRUM PARA VOTAÇÃO:

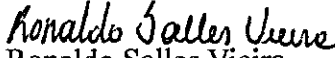
5.
"caput", L.O.M.).


QUORUM: maioria simples (art. 44,

S.m.e.

Jundiaí, 15 de setembro de 2015.


Fábio Nadal Pedro
Consultor Jurídico


Ronaldo Salles Vieira
Consultor Jurídico


Rafael Cesar Spinardi
Estagiário de Direito



AGE

Nº 70007813140

2003/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL, DE ORIGEM DA CÂMARA DE VEREADORES, QUE DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DE DADOS CADASTRAIS E CÁLCULO DO IPTU NOS CARNÊS DE PAGAMENTO. MEDIDA TÍPICAMENTE ADMINISTRATIVA, SENDO, POIS, DE INICIATIVA LEGIFERANTE DO PODER EXECUTIVO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

TRIBUNAL PLENO

Nº 70007813140

PORTO ALEGRE

PREFEITA MUNICIPAL DE ESTEIO

PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ESTEIO

REQUERIDA

EXMO. SR. PROCURADOR GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em julgar procedente a ação nos termos do voto do eminente Relator. Não participou do julgamento, por motivo justificado, o Desembargador Paulo Moacir Aguiar Vieira.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores DES. VLADIMIR GIACOMUZZI (PRESIDENTE), DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER, DES. ANTONIO CARLOS NETTO MANGABEIRA, DES. JOSÉ EUGÊNIO TEDESCO, DES. ANTONIO CARLOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AGE

Nº 70007813140

2003/CÍVEL

STANGLER PEREIRA, DES. PAULO AUGUSTO MONTE LOPES, DES. RANOLFO VIEIRA, DES. ARAKEN DE ASSIS, DES. VASCO DELLA GIUSTINA, DES. DANÚBIO EDON FRANCO, DES. LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO, DES. LEO LIMA, DES. ARNO WERLANG, DES. WELLINGTON PACHECO BARROS, DES. ALFREDO FOERSTER, DES. SYLVIO BAPTISTA NETO, DES. JAIME PITERMAN E DES. MANUEL JOSÉ MARTINEZ LUCAS.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2004.

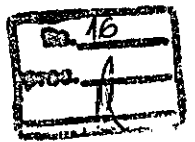
DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT,
Relator.

RELATÓRIO

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT (RELATOR)

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Exma. Sra. Sandra Beatriz Silveira, Prefeita Municipal de Esteio, em face da Lei Municipal nº 3.596, de 10 de novembro de 2003, que *"dispõe sobre a inserção dos dados cadastrais e do cálculo do débito nos carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU"*.

De início, refere a proponente ter o Presidente da Câmara Municipal encaminhado projeto de lei, de autoria legislativa, dispondo sobre a inserção de dados cadastrais e cálculo do débito nos carnês do IPTU. Por considerá-lo inconstitucional, em vista de ofensa à



AGE

Nº 70007813140

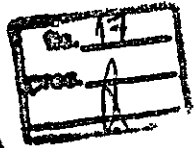
2003/CÍVEL

competência privativa do Executivo, vetou-o totalmente. Contudo, tal veto restou rejeitado, sendo a lei em tela promulgada na forma prevista na Lei Orgânica.

Alega a proponente, em síntese (fls. 02/11), que a indigitada lei consagra ingerência do Poder Legislativo em matéria cuja competência é privativa do Prefeito Municipal, com evidente afronta ao princípio constitucional da separação dos poderes, lembrando que, ao dispor sobre tal matéria, a Câmara de Vereadores de Esteio se imiscuiu no âmbito das atividades das secretarias municipais. Ademais, prossegue a proponente, a norma ofende ao princípio da razoabilidade, pois a iniciativa gera despesas sem, contudo, representar qualquer benefício aos contribuintes, pois no atual carnê e na sua segunda via já constam os dados necessários. Ressalta, igualmente, o aumento de despesas com o material a ser impresso, bem como de mão-de-obra a ser despendida, havendo, pois, efetiva majoração de despesa pública sem motivação administrativa e sem previsão orçamentária.

Requer a concessão de liminar e, ao final, que seja declarada a *"inconstitucionalidade material da Lei Municipal nº 3.596, de 10 de novembro de 2003, promulgada pela Câmara Municipal de Vereadores, com fundamento nos artigos 8º, 10, 60, II, "d", e 82, VII e XXII, 149, da Constituição Estadual; nos artigos 2º, 61, §1º, II, "b", 165, 167, I, §1º, da Constituição Federal; e nos artigos 48, §2º, III, IV, 138, 144, I, §1º, da Lei Orgânica do Município de Esteio"*. Junta documentos (fls. 12/24).

A liminar restou deferida (fls. 27/28).



AGE

Nº 70007813140

2003/CÍVEL

A Câmara Municipal de Vereadores de Esteio, pelo seu Presidente, prestou informações (fls. 38/40) nas quais, em síntese, refere não haver qualquer ingerência em matéria privativa do Executivo, tampouco de iniciativa reservada ao Prefeito. Ressalta ter-se buscado, apenas, o melhor esclarecimento do contribuinte sobre a fórmula de cálculo do IPTU, inexistindo, pois, a hipótese alegada na inicial, lembrando, ainda, ter o Município competência legislativa sobre assuntos locais e suplementares à legislação federal e estadual, no que couber. Ademais, a *"Câmara Municipal tem competência para legislar sobre a matéria, forte no artigo 13 da Lei Orgânica do Município"*. Requer a improcedência do pedido.

A Procuradoria-Geral do Estado (fl. 43) pugnou pela manutenção da lei municipal questionada, *"forte no princípio que presume sua constitucionalidade, derivado que é da independência, harmonia e tripartição dos poderes estatais"*.

O DD. Procurador-Geral de Justiça (fls. 45/50), em exercício, Dr. Antônio Carlos de Avelar Bastos, opinou pela procedência da presente ação direta de inconstitucionalidade.

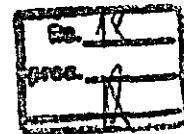
É o relatório.

VOTO

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT (RELATOR)

Procede a presente ação dire de inconstitucionalidade.

Dispõe a indigitada Lei (fl. 21):



AGE

Nº 70007813140

2003/CÍVEL

"Dispõe sobre a inserção dos dados cadastrais e do cálculo do débito nos carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

A Presidenta da Câmara Municipal de Esteio.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu, com fundamento no art. 51, §7º, da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os carnês de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do Município de Esteio e 2ª vias, deverão conter os dados cadastrais do imóvel e a fórmula de cálculo, identificando os elementos conforme a equalização matemática que resultou o valor da exação tributária.

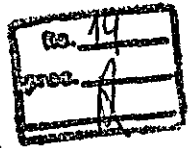
Art. 2º. A equalização matemática resultante será grifada, consignando em local de fácil visibilidade, preferencialmente no verso das capas, as orientações necessárias à devida interpretação pelos contribuintes.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei até 31 de dezembro de 2003.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Esteio, em 10 de novembro de 2003."

De fato, a matéria é, em princípio, tipicamente administrativa, pois, apesar dos bons propósitos da Câmara de Vereadores, ao legislar sobre a mesma, a rigor, terminou-se por dispor sobre atribuição de secretaria da administração pública, pelo que a procedência da presente ação se impõe. Conforme bem referido no



AGE

Nº 70007813140

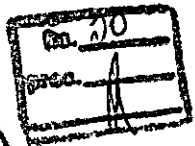
2003/CÍVEL

parecer ministerial (fls. 49/50), cujos termos a seguir adoto como parte integrante do presente voto:

"... Como é sabido - e aqui se trata de considerações sempre reprisadas -, a Carta Federal consagra a repartição da competência legislativa entre a União, os Estados e Municípios. E as hipóteses de iniciativa de lei reservadas ao Poder Executivo dizem respeito a suas atribuições essenciais: administração e execução orçamentária (artigo 61, §1º, e artigo 165 da CF, e artigos 60 e 149 da CE). O que se busca, com isso, é reforçar a divisão funcional da soberania, impedindo que o Poder Legislativo, por iniciativa sua, anule função executiva que não lhe é própria. (...) a matéria de que trata esse dispositivo esmiuça um procedimento tipicamente administrativo - a maneira de elaboração dos carnês do IPTU -, impondo à Administração Municipal exigência que destoia da visão do Chefe do Executivo, isto é, da autoridade que comanda a Administração, sobre o meio mais próprio de condução de tal mister.

Verdade que o espírito da lei, do ponto de vista dos contribuintes, em que pese a maior dificuldade que acarreta quando da expedição dos carnês do IPTU, se lhes afigura favorável, haja vista o caráter quase professoral que, pela nova lei, deverá qualificar os documentos que lhes serão enviados pela Administração. E também é verdade que, não raro, documentos dessa espécie deixam a desejar do ponto de vista de sua compreensão pela população em geral.

Todavia, o primado constitucional não pode ser suplantado simplesmente por boas intenções; e a Carta Federal, de onde promanam as constituições estaduais e as legislações locais, estabelece, por vontade dos Constituintes, critérios rígidos de separação de iniciativa para determinadas matérias, reservando algumas, como no caso, ao crivo da conveniência sob a ótica do Administrador, ainda que outro possa ser o entendimento do



AGE

Nº 70007813140

2003/CÍVEL

Legislativo acerca dessa conveniência. Assim, pois, os artigos 2º, 61, §1º, inciso II, "b", 165, 167, inciso I, da Carta Federal; e, no que releva mais à solução da ação presente, os artigos 8º, 10, 60, inciso II, "d", 61, inciso I, 82, incisos VII e XXII, e 149, da Constituição Estadual.

Daí que, sendo assim, não há outra conclusão possível, que não a de que a norma legal ora analisada contém, efetivamente, vício insanável de inconstitucionalidade, porquanto que violadora do regime de separação e independência dos poderes a que obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios."

Trata a indigitada lei questão eminentemente administrativa, e, como tal, gravita na órbita de competência do Poder Executivo, já que a este cabe a função tipicamente de administração. E, em matéria tipicamente administrativa, como no caso, compete privativamente ao Executivo Municipal dispor, pois é ela (a Administração Pública) que dispõe dos dados sobre as condições de correto funcionamento e operacionalização de tal atividade (inclusive quanto aos gastos - despesas - advindos da aplicação da lei).

Aliás, segundo Ives Gandra Martins: "(...) A administração da coisa pública, não poucas vezes, exige conhecimento que o Legislativo não tem, e outorgar a este poder o direito de apresentar os projetos que desejasse seria oferecer-lhe o poder de ter iniciativa sobre assuntos que refogem a sua maior especialidade". No mesmo sentido, José Afonso da Silva refere que a iniciativa de legislação do Governo justifica-se por ser ele "o único apto a cumprir a formulação política e a redação técnica dos projetos de leis, cujos fins são intimamente conexos com a atividade administrativa" (in "Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional", RT, 1964, pág. 116).



AGE

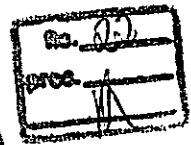
Nº 70007813140

2003/CÍVEL

Ora, a simples leitura do texto da Lei Municipal nº 3.596/2003, de iniciativa do Legislativo local, torna evidente o malferimento do princípio da independência e harmonia entre os Poderes, pois trata de matéria administrativa, além de trazer atribuições ao Poder Executivo, através de uma de suas secretarias municipais, na hipótese, aquela a quem incumbiria a confecção dos carnês de pagamento com os dados previstos no ato normativo em tela, dizendo, pois, respeito à matéria de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo nos termos do art. 60, II, "d", da Constituição Estadual, além, é claro, de gerar despesas não previstas, com evidente *"elevação de custos para a impressão do carnê do IPTU e de trabalho a ser despendido pelos servidores encarregados da tarefa"*, como bem lembrado pela proponente.

Note-se que os arts. 60, II, "d" e 82, VII, da Constituição Estadual dispõem: *"Art. 60 - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que: (...) II - disponham sobre: (...) d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública"* e *"Art. 82 - Compete ao Governador, privativamente: (...) VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual"*.

Vê-se, pois, que, em se tratando das atribuições privativas do Poder Executivo, a este cabe a criação, estruturação e atribuições das Secretarias e dos órgãos da administração pública, bem como dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual. Cabe ao Chefe do Executivo, em suma, as atribuições tipicamente administrativas.



AGE

Nº 70007813140

2003/CÍVEL

Os princípios existentes na Carta Magna Federal devem ser observados pelas Constituições Estaduais e, obviamente, pelas Leis Orgânicas Municipais, conforme prescreve o art. 8º (*"O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, rege-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição"*). Assim, se a Constituição Estadual prevê determinada competência e atribuições para o Chefe do Executivo Estadual, também serão essas as do Chefe do Executivo Municipal, dentro de seu âmbito de competência.

De outra banda, dispõe o art. 10 da Constituição Estadual: *"são Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito"*.

Ora, da análise do indigitado texto guerreado, constata-se, sem dúvida, que o Legislativo Municipal está a determinar ao Poder Executivo a prática de ato puramente administrativo, com o que interfere na área de atuação do Administrador e, como conseqüência, viola o princípio da harmonia e independência entre os Poderes consagrado no art. 10 da Carta Estadual. *"O desrespeito à cláusula de iniciativa reservada das leis, em qualquer das hipóteses taxativamente previstas no texto da Carta Política, traduz situação configuradora de inconstitucionalidade insuscetível de produzir qualquer conseqüência válida de ordem jurídica. A usurpação da prerrogativa de iniciar o processo legislativo qualifica-se como ato destituído de qualquer eficácia jurídica, contaminando, por efeito de repercussão causal-prospectiva, a própria validade constitucional da lei que dela resulte"* (ADI nº 2364/AL, Rel. Min. Celso de Mello, STF).



AGE

Nº 70007813140

2003/CÍVEL

Há vício formal. E, como se sabe, *"Defeitos formais, tais como a inobservância das disposições atinentes à iniciativa da lei ou competência legislativa, levam, normalmente, a uma declaração de nulidade total, uma vez que, nesse caso, não se vislumbra a possibilidade de divisão da lei em partes válidas e inválidas"* (in *"Jurisdição Constitucional"*, Gilmar Ferreira Mendes, ed. Saraiva, 1998, pág. 263).

Por fim, apenas se observe que, conforme referido pela proponente à fl. 07, *"No atual carnê do IPTU já constam os dados do imóvel"* (vide fl. 23) e, quanto ao cálculo do imposto, a tomar-se por base o que consta da fl. 24, este se encontra na *"Lei 2.457/95"*. Deste modo, pelo que dos autos consta, os contribuintes já tem acesso aos dados em tela, pelo que, vista a questão sob tal enfoque, não se mostraria razoável impor-se mais despesas à municipalidade com a impressão dos carnês na forma pretendida na Lei ora guerreada.

Pelo exposto, vislumbro vício de inconstitucionalidade na norma em tela, por violados os artigos 8º, 10, 60, II, "d" e 82, VII, e 149, da Carta Estadual, pelo que, voto pela inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.596, de 10 de novembro de 2003, do Município de Esteio, tornando definitiva a liminar anteriormente concedida.

É o voto.

TODOS OS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 73.631

PROJETO DE LEI Nº 11.876, do Vereador **PAULO MALERBA**, que cria a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** para incentivo de atividades culturais e artísticas.

PARECER Nº 1204

O presente projeto versa sobre incentivo para as atividades culturais e artísticas, razão pela qual, pelo mérito, merece maior discussão nesta Casa.

Julgamos justificada a tramitação da propositura em tela, e no que concerne ao quesito mérito, subscrevemos os argumentos inseridos na justificativa de fls. 05/07.

Face ao exposto votamos favorável à matéria.

É o parecer.

APROVADO
15/09/15

Sala das Comissões, 15.09.2015.


GERSON SARTORI
Presidente e Relator


MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA


PAULO SÉRGIO MARTINS


ROBERTO CONDE ANDRADE


ROGÉRIO RICARDO DA SILVA



REQUERIMENTO VERBAL

118.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 22/09/2015

PREFERÊNCIA

PROJETO DE LEI 11.876 (PAULO MALERBA)

Autor: Paulo Malerba

Votação: favorável

Conclusão: **APROVADO**

Sessão Plenária

118ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura
22 de setembro de 2015 (terça-feira)

26
Lm

Painel de Votação

PL 11876/2015 - Projeto de Lei

Cria a CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA para incentivo de atividades culturais e artísticas.

Resultado da Votação: Aprovado(a)

Quantidade de votos sim: 15

Quantidade de votos não: 0

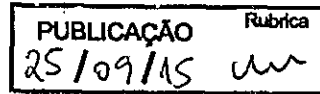
Quantidade de abstenções: 0

Votação

Parlamentar	Votação (Sim / Não / Abstenção)
ANTONIO DE PADUA PACHECO	Sim
DIRLEI GONÇALVES	Sim
ELIEZER BARBOSA DA SILVA	Sim
GERSON HENRIQUE SARTORI	Sim
GUSTAVO MARTINELLI	Sim
JOSÉ ADAIR DE SOUSA	Sim
JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS	Sim
JOSÉ GALVÃO BRAGA CAMPOS	Sim
LEANDRO PALMARINI	Ausente
MARCELO ROBERTO GASTALDO	Na Presid.
MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA	Sim
MARILENA PERDIZ NEGRO	Sim
PAULO EDUARDO SILVA MALERBA	Sim
PAULO SERGIO MARTINS	Sim
RAFAEL ANTONUCCI	Sim
RAFAEL TURRINI PURGATO	Sim
ROBERTO CONDE ANDRADE	Ausente
ROGÉRIO RICARDO DA SILVA	Sim
VALDECI VILAR MATHEUS	Ausente



Processo 73.631



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº. 11.876

Cria a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** para incentivo de atividades culturais e artísticas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 22 de setembro de 2015 o Plenário aprovou:

Art. 1º. É criada a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA**, com a finalidade de subsidiar recursos para entidades e coletivos sem fins lucrativos, representados por pessoas físicas ou jurídicas, que promovam ou exerçam atividades culturais ou artísticas no Município de Jundiaí.

Art. 2º. A **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** será apresentada anualmente no carnê de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, em valor mínimo correspondente a R\$ 10,00 (dez reais) e, mediante concordância do contribuinte, cobrada em folha anexa ao próprio carnê.

Art. 3º. Os valores arrecadados pela **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** serão recolhidos ao Fundo Municipal de Cultura, ficando vinculados à finalidade expressa nesta lei.

§ 1º. O repasse do benefício às entidades e coletivos sem fins lucrativos será feito de forma igualitária, até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por entidade ou coletivo habilitado, e será distribuído em conformidade e de acordo com critérios a serem regulamentados pelo Executivo.

§ 2º. Para ser considerado habilitado, a entidade ou o coletivo deverá cadastrar-se previamente no órgão municipal competente e receber a aprovação dos documentos exigidos por regulamento específico.



(Autógrafo PL nº. 11.876 - fls. 2)

§ 3º. Entidades culturais que recebam recursos, outras formas de fomento ou subvenção social concedidos pelo Poder Executivo em valor igual ou superior ao dobro do limite descrito no § 1º. deste artigo não poderão ser contempladas com o benefício previsto nesta lei.

Art. 4º. O valor apresentado para a contribuição voluntária e o valor do limite a ser repassado às entidades e coletivos sem fins lucrativos serão atualizados anualmente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, ou índice que vier a substituí-lo, e, em caso de fração, será arredondado para o próximo inteiro.

Art. 5º. O Executivo dará publicidade, no Portal de Transparência da Prefeitura, dos valores arrecadados e repassados pela **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA**.

Art. 6º. As entidades e os coletivos sem fins lucrativos participantes do programa deverão prestar contas e dar publicidade dos benefícios recebidos de acordo com critérios a serem regulamentados pelo Executivo.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, e na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, implicará devolução integral do valor recebido, acrescido de multa e penalidades a serem regulamentadas pelo Executivo, ficando ainda a entidade e/ou coletivo infrator impedido de participar, por 5 (cinco) anos do programa de que trata esta lei.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIÁ, em vinte e dois de setembro de dois mil e quinze (22/09/2015).

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



PROJETO DE LEI Nº. 11.876

PROCESSO Nº. 73.631

RECIBO DE AUTÓGRAFO

DATA DE ENTREGA NA PREFEITURA:

24/09/15

ASSINATURAS:

EXPEDIDOR:

Ruiz

RECEBEDOR:

Christiane

PRAZO PARA SANÇÃO/VETO

(15 dias úteis - LOJ, art. 53)

PRAZO VENCÍVEL em:

16/10/15

Abel Aníbal

Diretora Legislativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

EXPEDIENTE

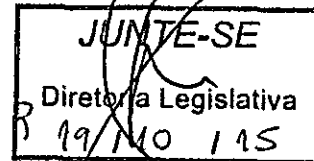
fis. _____
proc. <u>30</u>
<i>cur</i>

OF.G.P.L. n.º 430/2015

Processo nº 27.332-2/2015

Jundiaí, 13 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente:



Encaminhamos a V.Exa., cópia da Lei nº 8.507, objeto do Projeto de Lei nº 11.876, promulgada nesta data, por este Executivo.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

Vereador MARCELO ROBERTO GASTALDO

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

NESTA

ccc.1



LEI N.º 8.507, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Cria a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** para incentivo de atividades culturais e artísticas.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de setembro de 2015, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º. É criada a **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA**, com a finalidade de subsidiar recursos para entidades e coletivos sem fins lucrativos, representados por pessoas físicas ou jurídicas, que promovam ou exerçam atividades culturais ou artísticas no Município de Jundiaí.

Art. 2º. A **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** será apresentada anualmente no carnê de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, em valor mínimo correspondente a R\$ 10,00 (dez reais) e, mediante concordância do contribuinte, cobrada em folha anexa ao próprio carnê.

Art. 3º. Os valores arrecadados pela **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA** serão recolhidos ao Fundo Municipal de Cultura, ficando vinculados à finalidade expressa nesta lei.

§ 1º. O repasse do benefício às entidades e coletivos sem fins lucrativos será feito de forma igualitária, até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por entidade ou coletivo habilitado, e será distribuído em conformidade e de acordo com critérios a serem regulamentados pelo Executivo.

§ 2º. Para ser considerado habilitado, a entidade ou o coletivo deverá cadastrar-se previamente no órgão municipal competente e receber a aprovação dos documentos exigidos por regulamento específico.

§ 3º. Entidades culturais que recebam recursos, outras formas de fomento ou subvenção social concedidos pelo Poder Executivo em valor igual ou superior ao dobro do limite descrito no § 1º. deste artigo não poderão ser contempladas com o benefício previsto nesta lei.



Art. 4º. O valor apresentado para a contribuição voluntária e o valor do limite a ser repassado às entidades e coletivos sem fins lucrativos serão atualizados anualmente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, ou índice que vier a substituí-lo, e, em caso de fração, será arredondado para o próximo inteiro.

Art. 5º. O Executivo dará publicidade, no Portal de Transparência da Prefeitura, dos valores arrecadados e repassados pela **CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DA CULTURA**.

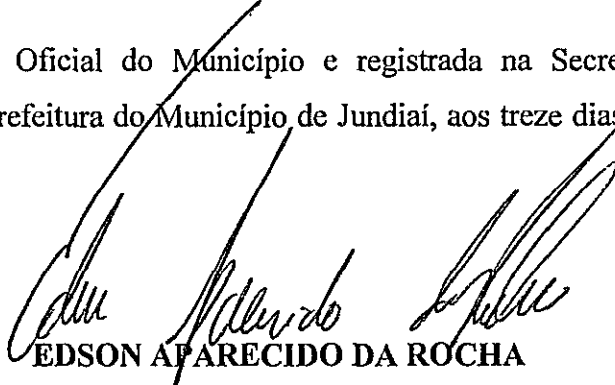
Art. 6º. As entidades e os coletivos sem fins lucrativos participantes do programa deverão prestar contas e dar publicidade dos benefícios recebidos de acordo com critérios a serem regulamentados pelo Executivo.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, e na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, implicará devolução integral do valor recebido, acrescido de multa e penalidades a serem regulamentadas pelo Executivo, ficando ainda a entidade e/ou coletivo infrator impedido de participar, por 5 (cinco) anos do programa de que trata esta lei.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.


PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos treze dias do mês de outubro de dois mil e quinze.


EDSON APARECIDO DA ROCHA
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

scc.1

PUBLICAÇÃO	Rubrica
21/10/15	